

ARTIGO

SABER MÉDICO NO BRASIL: NOÇÕES DE DEGENERAÇÃO E EUGENIA NO DEBATE EDUCACIONAL DA DÉCADA DE 1920

MEDICAL KNOWLEDGE IN BRAZIL: NOTIONS OF DEGENERATION AND EUGENICS IN THE EDUCATIONAL DEBATE IN THE 1920'S

LÉA MARIA CARRER IAMASHITA*

RESUMO

Inserido em pesquisa sobre as representações de Modernização, Política e Educação na década de 1920, o artigo analisa as ideias, valores e imagens produzidos pelo discurso médico, referentes às mudanças de significado e sentido da ação eugenista do projeto republicano de modernização da nação. Privilegia-se como documentação as Conferências Nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação, instituição proponente e mediadora do debate político-educacional da década. Por meio da defesa da Higiene Mental e Sanitária, o saber médico inseriu-se naquela agenda educacional, reivindicando para seus saberes e fazeres a competência para aperfeiçoar o povo brasileiro e livrá-lo dos perigos da degeneração.

PALAVRAS-CHAVE: educação; eugenia; saber médico.

ABSTRACT

Rooted in research about the representations of modernization, politics and education in the 1920s, this article analyses the ideas, values and images produced by the medical discourse about changes in the meaning and sense of eugenics for the republican modernization project of the nation. We mainly sourced our primary material from the National Conferences promoted by the Brazilian Association for Education, proponent and mediating institution in the political-educational debate of that decade. Through the defence of mental and sanitary hygiene, medical experts entered the educational agenda and claimed that their medical knowledge and practices equipped them with the competence to improve the Brazilian people, guarding them from the dangers of “degeneration”.

KEYWORDS: education; eugenics, medical knowledge.

A vida política, a econômica, a jurídica, a escolar e a familiar tem todas que evoluir no sentido biológico. O problema humano é um problema de higiene. (Luis Huerta)

O médico brasileiro Belisário Pena¹ utilizou-se desta citação do eugenista espanhol, como "perfeito fundamento científico" na defesa de sua tese "Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar", apresentada na I Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE-Associação Brasileira de Educação, na cidade de Curitiba, em 1927.

A I Conferência foi o primeiro grande fruto do esforço da ABE, associação civil sediada na cidade do Rio de Janeiro, criada em 1924, por iniciativa de intelectuais brasileiros professores, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e políticos, convencidos de que a nação brasileira só seria civilizada quando seu povo fosse educado.

Já o apelo do médico ao "perfeito fundamento científico" nos remete ao contexto da ascensão da ciência como caminho seguro para a civilização do Brasil, nas décadas finais do século XIX e primeiras do XX. Sabemos inclusive que o conceito de "República" se desenvolveu articulado às representações de modernidade, progresso e ciência, desde o início do Movimento Republicano, em torno de 1870.

No mesmo período, surgiu a crítica às percepções românticas do país e da nacionalidade, e reivindicou-se um conhecimento científico, pautado no diagnóstico da realidade, na objetividade e na observação empírica. Na Primeira República, esse esforço orientado para o conhecimento e atuação racional sobre nossa realidade resultou na criação de instituições científicas - como o Instituto Bacteriológico de São Paulo

(1892), a Escola Politécnica de São Paulo (1893), o Museu Paulista (1894), o Instituto Soroterapêutico de Manguinhos (1900; e Instituto Oswaldo Cruz, a partir de 1908), o Instituto Butantã (1901), o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907) - e em várias expedições científicas, que contribuíram para o estudo do território e das populações nacionais.²

Tal conhecimento apoiou-se nas viagens aos sertões empreendidas por médicos, engenheiros e militares, que acompanharam a criação dos meios de comunicação e de vias de transporte, em particular linhas telegráficas e as estradas de ferro, como instrumento de integração em um país de extenso território e grandes contrastes sociais e regionais.³

Quanto à formação desses intelectuais, Lília Moritz Schwarcz entende que o valorizado no período era mais uma ética científica, uma cientificidade difusa e indiscriminada do que um avanço científico com pesquisas originais.⁴ Já Robert Wegner esclarece que, na Primeira República, dada a formação tardia do sistema universitário no Brasil, nossa intelectualidade caracterizava-se por pouca especialização e, ao mesmo tempo, por uma formação erudita, de marca autodidata, iniciada nas escolas de direito, medicina ou engenharia, e um engajamento direto na vida pública.⁵

O debate intelectual principal e mais abrangente era a questão da identidade nacional quem era e como era a nação, o seu povo, o sentimento de nacionalidade, o potencial de desenvolvimento do país e do povo em relação aos países que alcançaram um estágio de civilização científica, tecnológica, capitalista, urbana, industrial e, por isso, considerados modernos.

Podemos localizar dentre esse debate dois núcleos principais de discussão: a Questão "Racial" e a Questão do "Brasil Real", embora estas se articulassem. A primeira compreendia a reflexão sobre a composição e a integração dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade brasileira. A herança colonial e a formação da "raça brasileira" marcam os discursos políticos nesse aspecto.

Tal como sintetiza Schwarcz, o termo "raça" introduzido na literatura do início do século XIX, inaugurava a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, estabelecendo-se com isso, correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. Tratava-se de uma reação ao Iluminismo e sua visão unitária da humanidade, uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas.⁶ Afirmar a preponderância do grupo racio-cultural ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se como doutrina de psicologia coletiva significava ir contra a ideia de arbítrio do indivíduo.⁷ Com o deslizamento da ideia de raça cada vez mais se aproximando à de povo, e mediante uma utilização política desse "saber racial" ousou-se legitimar a submissão de grupos sociais a outros, ou de povos a outros.

Já o termo "eugenia", literalmente "boa geração", foi criado por Francis Galton, em 1883, como um saber que possibilitaria administrar a hereditariedade de forma científica e racional, introduzindo políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social, por exemplo desestimulando a mistura racial, considerada fator de enfraquecimento das raças.⁸ Uma política de melhoramento eugênico, portanto, significaria uma melhoria da raça ou do povo.

Ao final do século XIX, predominava entre os intelectuais brasileiros a aceitação dessas teorias racistas. Assim, nossa constituição mestiça era percebida como indício de inferioridade da gente brasileira, uma vez que, segundo essas teorias, os cruzamentos raciais produziriam seres degenerados física e mentalmente. Ao mesmo tempo, tentando solucionar o problema da nacionalidade brasileira, alguns intelectuais procuravam solução para o futuro racial do Brasil, como a proposta na "tese de branqueamento", de Sílvio Romero.

Já o debate do "Brasil Real" tratava de um esforço de compreensão do país tanto na literatura, na pintura e na música, como vislumbrava o Movimento Modernista, quanto na política. A busca do Brasil Real na política tentava articular o processo de construção do Estado ao conhecimento e à organização da sociedade. Nessa perspectiva, "a ação do Estado não poderia prescindir da análise e da adequação entre instituições políticas e ambiente social".⁹

Para Simon Schwartzman e Helena Bomeny e Maria Costa essa busca política era pela construção de uma nação forte, voltada para o progresso, para o futuro, e visava a substituir o formalismo da República Oligárquica. Na visão dos autores "essa aproximação entre a busca da autenticidade e o autoritarismo político era dominante naqueles anos, em que as democracias pareciam condenadas ao fracasso, e os autoritarismos de esquerda e de direita se confundiam em nome dos valores, supostamente mais altos, da cultura e da nacionalidade".¹⁰

Esse nacionalismo mais realista na década de 1920, esse conhecimento da realidade nacional, tal como percebeu Nádya Lippi, possibilitou uma interpretação mais independente da interpretação

estrangeira negativa sobre nossa possibilidade como nação, além de predominar um interesse do coletivo sobre as visões e interesses particulares.¹¹

À medida que essa nova interpretação realista da nação brasileira ia sendo elaborada, vislumbrava-se um horizonte de soluções para o povo e a nacionalidade, o que pode ser percebido pelo dinamismo discursivo da década, e que buscaremos acessar pelas representações operantes na definição/redefinição daquela cultura política.

Segundo Serge Berstein, os vocabulários, palavras-chaves, imagens, estabelecem uma linguagem simbólica adequada a uma cultura política, que supre "ao mesmo tempo uma leitura comum de passado e uma projeção no futuro, vivida em conjunto".¹² Assim, nosso trabalho aqui consistirá em analisar e procurar entender as mudanças nas representações de nação e as projeções de futuro, ao se remodelar o projeto eugênico para o Brasil, durante o debate educacional da década de 1920. Nosso suporte documental consistirá dos discursos, conferências e as teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação promovidas pela ABE, por ter esta instituição agregado os intelectuais que lideraram o debate educacional da época.

O debate educacional na década de 1920: a nova elaboração de sentido para a política eugênica do país

Na década de 1920, a sociedade brasileira passava por profundas transformações nos mais variados planos. Uma complexificação na área econômica, com maior desenvolvimento das atividades industriais, algum desenvolvimento da indústria de base e diversificação da agricultura.

Ocorria uma ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora, do movimento operário e a diversificação de interesses entre as elites econômicas. Tivemos a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, do Centro Dom Vital, o movimento Tenentista, eventos indicadores da efervescência política e cultural desta década.¹³

Politicamente, as bases do sistema oligárquico da Primeira República eram questionadas e um amplo debate se abria em torno de novos projetos de modernização do país, ideias modernas, com orientação democratizante, outras que reafirmavam a exclusão da maioria da população em detrimento da oligarquia dirigente.

Se a reflexão sobre a identidade nacional ao final do século XIX pode ser compreendida pelo impacto dos movimentos abolicionista e republicano, a partir da década de 1920, ela se mantém com tonalidade nacionalista, articulada à crítica aos rumos tomados pela recente República,¹⁴ de onde emerge a educação como projeto reformista da sociedade, como o único caminho seguro para a modernidade.

Com a ascendência da questão nacional, inserida no contexto da I Guerra Mundial e do declínio do mito cientificista, cresceu a consciência sobre os problemas do país. Buscou-se pelas nossas raízes, por uma brasilidade, na tentativa de elaborar uma interpretação mais positiva, menos dependente da visão negativa estrangeira, que nos interpretava como portadores de uma inferioridade inata, ou de um ambiente desfavorável à civilização. De tal forma que, o diagnóstico de nossa realidade por nós mesmos e a procura por soluções configuraram-se em um quadro de integração da questão nacional e da questão educacional.

A importância da educação do povo como fundamento da sociedade política, para a representação no regime republicano e para o progresso do país já fora destacada entre o final do século XIX e antes de 1920, como nas obras de José Veríssimo, Manuel Bonfim, Carneiro Leão e outros.¹⁵ Mas foi no primeiro quarto do século XX que chegou-se ao consenso de que era por meio da educação que se alcançaria a modernidade e o estágio de "nação civilizada", ou, dito de outra forma, na década de 1920, a educação foi eleita como causa nacional, que justificava uma cruzada missionária, prioridade política absoluta para o país, tal como percebia o jornalista Mario Pinto Serva:

O problema da educação do povo brasileiro é o mais nacional de todos os problemas. É o maior problema da história nacional. É quase o único problema nacional porque a educação generalizada e ampla, naturalmente por si, resolve todos os outros problemas. É a infraestrutura da organização coletiva.¹⁶

Francisco Campos chegou a classificar a educação como a quarta emancipação brasileira, após a Independência, a Abolição e a República.¹⁷

Assim, emerge na sociedade brasileira grande mobilização pela transformação do país e da sua gente, inclusive para melhoramento da "raça brasileira", via projetos educacionais. Estes visavam a implantar padrões culturais, econômicos, sociais e políticos modernos, inovadores, "civilizados" e, ao mesmo tempo, autenticamente brasileiros, adequados às nossas necessidades. Além disso, solucionar o problema eugênico do país era considerado "tarefa de máxima importância e era uma das que não deixam a menor dúvida sobre a necessidade de ser tratada com todo o zelo".¹⁸

A ABE, que acreditava estar "plasmando a nacionalidade",¹⁹ era a instituição que liderava o debate educacional no país, pelo número de atividades que promovia,²⁰ pela articulação com intelectuais de outras instituições, nacionais e internacionais, inclusive porque estes participavam de várias associações ao mesmo tempo, e pela divulgação de seus trabalhos na grande imprensa, na revista e boletim que publicava.

Dentre as atividades da ABE, as que alcançaram maior repercussão foram as Conferências Nacionais de Educação, realizadas em diferentes estados da federação. Na década de 1920 foram realizadas três edições do evento: a primeira Conferência em 1927, em Curitiba; seguida pela de 1928, em Belo Horizonte e de 1929, em São Paulo.

As conferências funcionaram como elo necessário entre o governo federal, governos estaduais e representantes da sociedade civil: professores, cientistas, médicos, jornalistas e lideranças políticas, constituindo-se importante estratégia de difusão de ideias e princípios caros a determinados projetos que, além da organização do ensino, correspondiam a uma ação bem mais ampla de organização do Estado e da nacionalidade.

Ao analisar as teses apresentadas nessas conferências salta aos olhos do pesquisador a grande valorização do saber médico na fala de nossos intelectuais, seja na argumentação, seja nos próprios títulos, onde aparecem os termos: higiene, higiene mental, educação sanitária, saúde, assistência médica, profilaxia, ou inserido em outros temas como educação sexual, raça ou política agrossanitária.

O discurso médico ascendeu na Europa quando a ciência da higiene passou a ter base experimental com a descoberta do "mundo do

microrganismo", por Pasteur, no século XIX. Desenvolveram-se a partir daí várias pesquisas, campanhas de vacinação e projetos de higienização, uma vez esclarecido que os microorganismos estavam associados à sujeira, à doença e à propagação de epidemias.

No Brasil, o movimento sanitário tomou pulso no início do século XX e resultou na adoção de grandes programas de saúde pública, que tiveram grande desenvolvimento sob a liderança do médico Osvaldo Cruz. O movimento de higienização e saneamento era fundado em uma racionalidade científica e contemplava, inclusive, projetos de cunho eugênico.

Na década de 1920, o saber higiênico nos discursos dos intelectuais, médicos ou não, invadiu o espaço da agenda educacional do país, reivindicando para seus saberes e fazeres a competência para modernizar a nação, para purificar e moralizar o "atrasado" povo e para livrar a raça brasileira dos perigos da degeneração, contribuindo assim para o seu aperfeiçoamento.

A análise do debate educacional durante todo o período recortado para a pesquisa evidencia uma preocupação com a política eugênica. Evidencia também, ao longo da década de 20, um deslocamento de sentido na forma de pensar e agir para a melhoria da "raça brasileira".

Vejam como, no início da década, o deputado Carvalho Neto, apresentou na Câmara Federal projeto para a criação de classes especiais para crianças "anormais". Defendia ele a "Educação dos Anormais" como ramo da pedagogia moderna, inscrito na legislação dos povos cultos, orientado pela ciência, visando escopo social e econômico e que procura restituir à sociedade elementos abandonados à inércia, "senão à loucura ou

ao crime".²¹ Lamenta não haver no Brasil estudos estatísticos sobre a porcentagem de anormalidade, mas cita a pesquisa de Clemente Quaglio, que chegou ao número de 13 % de anormais entre classes escolares do estado de São Paulo e, comparativamente, cita as estatísticas de Kohmann (1901), que indicam as porcentagens de anormalidade entre habitantes da Suécia (0,15%), dos EUA (0,14%), e da Bélgica (0,05%).²²

Dessa forma, o deputado assevera a complexidade do problema para os brasileiros, pois "contra nós, neste particular, conjura a circunstância do cruzamento étnico, da fusão de raças, em defrontação de outros povos extremes desse mal".²³ Podemos observar então que, em 1921, data do discurso de Coelho Neto, ainda encontramos o entendimento de raça brasileira bastante negativo e fundado na perspectiva biológica, pois nossa "composição genética mestiça" é que definia as características do povo brasileiro.

Como nos lembra Nádía Lippi, "as ideias de nação fazem parte de um universo simbólico. Um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política".²⁴ Assim, quando entre nossos intelectuais predominava os princípios evolucionistas, assentados na noção de diferenças raciais inatas e na existência de uma hierarquia étnica, um projeto político de eugenia para a nação consistiria em um apuramento genético do povo, como no caso da tese de branqueamento, proposta por Sílvio Romero, em 1888.

Também um projeto de organização social fundado na perspectiva das características inatas, implicaria em classificações sociais rígidas, como a proposta de Nina Rodrigues, em 1894, a de dividir a legislação penal em vários códigos, cada qual adequado ao estágio evolutivo das raças

componentes do Brasil. Rodrigues chegou a propor que o negro, o índio e o mestiço tivessem responsabilidade penal reduzida, bem como direitos de cidadania limitados, em virtude de suas posições raciais de maior infantilidade, de menor capacidade intelectual.²⁵

Ao longo da década de 1920 continua havendo pleno consenso de que modernizar a nação inclui a melhora eugênica da raça ou do povo brasileiro; o que ocorre é uma nova elaboração do que se compreende como melhora eugênica. Antes significava aperfeiçoamento genético; ao longo da década de 1920 toma forma mais precisa a noção de que melhoria eugênica seria a melhoria das condições socioambientais, de aperfeiçoamento cultural e educacional do povo.

Essa nova noção pode ser percebida na fala de Nicolau de Meira que, mesmo não sendo médico, usa do discurso higienista na sua tese "Pela perfeição da raça brasileira". No trabalho, apresentado na I Conferência de Educação da ABE, em 1927, Meira defende o caboclo brasileiro:

...o caboclo é alvo de pilherias, de zombarias... É uma injustiça que se pratica. No dizer de Euclides da Cunha...o caboclo é antes de tudo um forte. Aniquilam-no, contudo, as malárias e as endemias. É o mártir da incúria e desleixo dos governos... a sua doença é consequência direta das doenças que o deprimem.²⁶

Neste trecho da fala de Meira, ele não articula a condição negativa do caboclo à sua natureza biológica. Por isso, tal condição poderia ser transformada mediante a educação higiênica que, segundo o autor, "se impõe como um postulado da razão, necessidade inadiável,... após a qual hão de desaparecer a imprevidência dos recursos,.. a incapacidade de trabalho, a injustificada miséria do sertanejo".²⁷

Mesmo o médico Renato Kehl, considerado o principal defensor das ideias eugênicas no Brasil e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, ao defender na I Conferência a sua tese "O Problema da Educação Sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos como, quando e por quem deve ser administrada",²⁸ não fundamentou-se nos princípios biológicos.

Insistia que a necessidade da educação sexual na infância já era consenso entre os cientistas e que era medida profilática, pois os instintos sexuais já se revelavam na infância, e que a ignorância expunha as crianças à informações provindas de más companhias e às perigosas perversões sexuais. As primeiras noções de educação sexual deveriam ser ministradas entre os 4 a 6 anos e, na puberdade, explicar-se-ia o fato da reprodução e os perigos venéreos. Concluiu alertando que a educação sexual

impõe-se como medida de preservação individual e coletiva, baseada no mais alto interesse da espécie, a fim de que a geração, não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível e admissível entre os animais irracionais.²⁹

Como podemos observar na fala de Kehl, de 1924, o esclarecimento sobre o contato sexual, reprodução, fisiologia e doenças venéreas é medida eugênica e consiste basicamente na educação, pois era isto que conduziria as crianças a passar do estado irracional e instintivo para o estado racional, civilizado, educado.

A mesma perspectiva se observa nos argumentos do médico Belisário Pena, que apresentou três trabalhos na I Conferência de Educação, e que afirmou na tese nº101 que os males do Brasil eram decorrentes da escravidão e do latifúndio:

daí haver mais de 4/5 de brasileiros vegetando nos latifúndios, em péssimas condições higiênicas, pobres párias marcados com a preguiça verminótica ... a inconsistência da ignorância ...constituindo um rebanho sui generis, de indivíduos sem o instinto dos irracionais nem o raciocínio do homem normal.³⁰

Assim, o médico sugere como solução para o progresso da nação uma política agrossanitária colonizadora e educadora,

visando concentrar nossa gente esparsa nos sertões e escravizada nos latifúndios em núcleos coloniais saneados... Urge promover a emancipação do trabalhador rural pela propriedade de um pedaço de terra e um teto, para que deixe de ser o pária que vegeta em terra alheia; para que não seja como mendigo expatriado na própria pátria...³¹

Nesta defesa parece que o médico passou a pensar o Brasil pela perspectiva de sua historicidade. O atraso do país e da sua gente ignorante, doente e miserável foi atribuído ao passado de exclusão e violência. A solução para ele seria a repartição de terra e a educação do povo. Talvez essa percepção histórica e socioambiental fosse a esperada diante do seu empenho nas expedições para conhecimento e diagnóstico do país. Quando no Rio de Janeiro, em 1904, Belisário, trabalhou na Diretoria Geral de Saúde Pública, passou a grande colaborador de Oswaldo Cruz. Percorreu o território nacional no combate à malária e à febre amarela. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Wenceslau Brás, e em 1927 e 1928, percorreu o Brasil como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária.³²

O próprio fato da modernização da nação estar sendo defendido por meio de uma política educacional na década de 1920, faz supor que a

atribuição da incivilidade do povo brasileiro à característica genética "mestiça" e, por isso, "sem qualidade", foi superada. Subtende-se que o atraso já era atribuído à falta de educação do povo, uma vez que as políticas educacionais eram defendidas como capazes de modernizar a nação, supõe-se crer que a noção de eugenia não fosse mais a de base biológica. Porém, na apresentação de sua outra tese, na mesma conferência, Belisário defende a educação higiênica e eugênica popular para formação da consciência sanitária nacional, indicando ainda uma percepção de eugenia imbricada à bases biológicas:

A classe dirigente, sem cuidar da vitalidade e da educação do povo para poder vencer a rudeza... desprezaram a terra e o homem rural e aventuraram-se loucamente numa política de urbanismo e de industrialismo extemporâneo...

..A higiene e a profilaxia apuram a espécie e reforçam-lhes a vitalidade. Se mais de 90% dos brasileiros não sabem defender ou melhorar a própria vida, quanto mais a da sociedade e da espécie. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e taras [grifo nosso] psicológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família, da sociedade e da espécie.³³

Às vezes, o médico parece atribuir a dificuldade da nação à uma orientação política que, sendo reorientada, poderia formar um povo mais desenvolvido e, assim, melhoraríamos a cada geração. Mas quando ele diz que "90% dos brasileiros são depositários e propagadores de doenças e taras psicológicas que assim é de contínua e progressiva a degeneração da família, da sociedade e da espécie", há uma confusão entre construção cultural e biológica. O próprio termo "tara" utilizado pelo médico, por definição "defeito físico, mental, moral, transmitido ou agravado pela

hereditariedade; desvio do padrão étnico considerado descaracterizante",³⁴ implica uma articulação a bases biológicas. Como se as misérias da sociedade ignorante e doente pudessem ser transmitidas geneticamente, ou serem incorporadas às próximas gerações geneticamente, degenerando o povo ou, "a espécie tipo-brasileiro", descaracterizando-o etnicamente.

Segundo Nancy Stepan, o movimento eugênico brasileiro teve clara influência da eugenia francesa, segundo a qual, o indivíduo, ao longo da vida, acumulava caracteres adquiridos e os transmitia à geração seguinte.³⁵ Seguindo este raciocínio, um movimento sanitarista que trouxesse melhorias ao povo também seria incorporado hereditariamente às gerações seguintes, culminando em uma conquista eugênica. Se predominasse a transmissão de caracteres negativos ter-se-ia a degeneração da espécie.

Por degeneração entendia-se "o conjunto de desvios doentios do tipo normal da humanidade que, transmitidos hereditariamente, evoluem progressivamente em direção à decadência".³⁶ Tal interpretação, em voga dos meados do século XIX a meados do XX, ajudou a delinear perfis sociais como o de criminoso, o de louco, o de mulato e o de prostituta; ou seja, esses perfis foram criados como estágios de degeneração da normalidade nas representações dos tipos sociais construídas naquele momento.³⁷

A ideia de degenerescência da raça pela condição "doentia" do povo brasileiro, pode ser melhor compreendida se voltarmos à já citada tese de Nicolau de Meira. A sua noção de melhora eugênica segue uma visão bastante determinista:

na atualidade, o meio físico e a civilização oferecem os contrastes mais diversos, as diferenças mais características de uma raça para a outra, de uma população para outra população, de um lugar para o outro. Jamais se poderia comparar o meio físico e intelectual que originou o gênio de Kant e os povos da Malásia...³⁸

Observamos que, para o autor da tese, a situação da raça depende do equilíbrio entre os estímulos externos do meio o nível de civilização, das letras, das ciências, das artes e, sobretudo, das condições de higiene dos povos; e da capacidade de reação da espécie a esses estímulos: "conforme a capacidade do self-control, do self government, será a capacidade da espécie de reagir às infecções microbianas e aos efeitos da degenerescência".³⁹

Nancy Stepan também destacou essa versão de eugenia na América Latina que, influenciada pelas teorias de Lamarck, resultou na ideia de que a hereditariedade seria determinada tanto por fatores internos ou biológicos, quanto por fatores externos, que seria a influencia do meio.⁴⁰

O problema para o Meira é que, no Brasil, essas condições entre os estímulos externos e a capacidade de reação a eles não estão em equilíbrio, haja vista a grande incidência de infecções microbianas no país, naquele período: "lavra-se e "campeia-se na raça o germe destruidor que acarreta a degeneração dela". Dentre as infecções, indica a incidência de sífilis em 50% dos casos de enfermidades, "doença que gera deformidades, cria monstros e contribui para a fealdade da raça e de indivíduos limitados intelectualmente".⁴¹ Para o autor, continuando assim,

o povo brasileiro estaria condenado ao desaparecimento, ou subjugado pelas raças mais fortes.

Vemos que, ao problematizar a grande incidência das doenças microbianas, e, principalmente a sífilis, o autor usa a expressão "o germe campeia-se na raça", significando que o germe transita pela raça, evidenciando a noção de hereditariedade. Assim, sua ideia de degeneração articula os fatores socioambientais aos fatores biológicos.

A sífilis, doença sexualmente transmissível, já conhecida a quatro séculos, emergiu no século XIX como ameaça sanitária, tal a magnitude social que lhe foi atribuída no período. Segundo Sérgio Carrara, da metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial "o medo da sífilis no ocidente configurou-se como uma verdadeira psicose coletiva, que transcendia o indivíduo, a família, a sociedade, a raça, a nação, a humanidade e a espécie."⁴²

No caso dos debates da Conferência de Educação, as teses com o tema "Higiene Mental", apresentam a doença como a grande causadora do enfraquecimento mental da raça, articulando-a a questões de psiquiatria, saúde mental e de eugenia. Álvaro Guimarães Filho, integrante da Liga Paulista de Higiene Mental, classifica "a sífilis, o alcoolismo, a hereditariedade, o casamento consanguíneo como moléstias mentais."⁴³

A ideia da degenerescência física e mental do povo ser transmitida geneticamente aparece frequentemente em nossas fontes articulada à sífilis, que acreditava-se ser hereditária. Provavelmente contribuía para essa crença o fato de que mulheres grávidas contaminadas pela bactéria agente da doença, transmitem-na ao embrião ou ao feto via gestacional, podendo provocar aborto ou o nascimento de crianças com danos físicos

e neurológicos, conforme o período da contaminação do feto.⁴⁴ A documentação analisada já indica a diferenciação entre sífilis adquirida, principalmente por transmissão sexual, e sífilis congênita, porém, tal como escrevem nossos intelectuais, esses danos poderiam ser incorporados ao patrimônio genético dos descendentes. Daí encontrarmos frequentemente na documentação analisada a afirmação de que a sífilis enfraquece linhagens, dizima gerações e, portanto, leva a raça à decadência e compromete o futuro da nação.

Devido a essa ideia de degeneração do período e, no caso da sífilis, com uma interpretação imbricada às bases genéticas da hereditariedade é que esta doença transcendeu a fronteira de doença individual, social - uma vez que é uma doença contagiosa - para adquirir o status de doença da raça, assumindo assim grande destaque no debate nacional-educacional da década de 1920, de caráter expressamente eugênico.

Também o alcoolismo, no debate de nossos intelectuais, contribuiria para o

depauperamento do organismo e a descendência de anêmicos: filhos disformes, aleijados,... anomalias que, sobretudo, contribuem para a fealdade do tipo nacional. É o alcoolismo um dos maiores inimigos da perfeição da raça; ao lado da sífilis, tem prodígios de destruição.⁴⁵

Embora na citação acima Nicolau Meira enfatize, exagere e se engane quanto à contribuição genética da propensão ao alcoolismo, predomina nos demais discursos analisados a interpretação das raízes sociais da doença.

Analisemos a Conferência "Criminalidade e Alcoolismo", proferida na Academia de Medicina, pelo médico José de Moraes Mello e publicada na Revista Educação.⁴⁶

O médico inicia sua exposição informando que seus dados foram extraídos do serviço de psiquiatria e criminologia da Penitenciária de São Paulo, onde trabalhava, e que acreditava servirem de reflexão para o restante do país, "exceto para os crimes do cangaceirismo, que são manifestações de ambiência apropriada e de psicologia regional". Para o autor, as condições individuais e do meio social em que se dão as intoxicações pelo álcool interfeririam na criminalidade. Afirma que, no estado de São Paulo, o álcool respondia com 51% dos crimes de sangue, enquanto na capital do estado era menos de 20%. Para o autor, isso se explicaria pela educação deficiente do roceiro e do seu meio social, pois a educação refrearia o instinto que o álcool excitou:

O sertanejo é bom até que o tóxico o provoca. No colossal número de lavradores homicidas internados ninguém deve procurar uma maior tendência ao crime, pois isto deve-se ao meio social, ao maior número da população rural que urbana, ou à severidade do júri nas pequenas cidades do que o mais benevolente na capital. O álcool é fator criminogeno.⁴⁷

Moraes correlaciona o alcoolismo às classes pobres e indica que 82,5 % do álcool consumido no Brasil era a aguardente, a mais barata bebida alcoólica - "nossas populações rurais, mal alimentadas e com uma vida sem recursos, recorrem à embriaguez para fugir da realidade". Assim, reconhece o papel do álcool na "degenerescência adquirida", mas também reconhece a contribuição do mesmo na "degenerescência hereditária", quando indica que, dentre os presidiários que praticaram homicídio

durante intoxicação pelo álcool, 81,12% possuíam progenitores alcoólatras.

O médico relaciona ainda o alcoolismo à questão da degenerescência moral. Segundo Moraes, o álcool exerce ação preponderante na criminalidade imoral e tem como causa preponderante "o álcool, ou a doença mental ou anomalia mental".

Por crime moral, na fala do autor, entenda-se um crime relacionado ao comportamento, à vontade do indivíduo. Por exemplo, entendia-se que a transmissão da tuberculose, que junto à sífilis e ao alcoolismo consistiam nos três flagelos sociais da época, escapava ao controle da vontade do indivíduo. Já o hábito de tomar álcool e o contágio da sífilis, porque ocorrido predominantemente por relação sexual, eram tidos como atos voluntários, por isso, tratavam-se ambos, de um problema moral.

O deputado Oscar Fontanelle chegou a encaminhar projeto de lei para inserir no Código Penal Brasileiro o "Delito de Contágio", pelo qual seria punida a pessoa que cometesse o crime de transmitir conscientemente uma moléstia contagiosa. Justificava-se principalmente pelo argumento de poder "a sífilis transmitir-se aos descendentes sob a forma de taras, das quais as mais ligeiras aniquilam o valor moral daquelles atingidos... que pode destruir tanto o indivíduo quanto a raça".⁴⁸

Podemos considerar que, acompanhando a pretensão internacional do saber médico como curador da sociedade, pretendia-se higienizar não só a sujeira abrigadora de micróbios patogênicos, mas também de todas as mazelas sociais como o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose, a prostituição, a malária. As medidas curativas e/ou

preventivas iam além das providências terapêuticas, abarcavam medidas saneadoras do meio ambiente, e também a intervenção sobre os comportamentos sociais, sobre a moral do indivíduo, do povo brasileiro.

O fato da sífilis ser transmitida sexualmente, ou de registrar-se alta incidência de alcoolismo nas populações pobres do país justifica, para os sanitaristas, arrogarem a si a educação higiênica, moral e a orientação do controle social. Por isso é comum encontrarmos com frequência o clamor pela moralização dos costumes junto à difusão dos conhecimentos de higiene. Por isso afirmou o médico Figueira de Mello que "a Higiene Moderna é a ciência que aparelha o homem para evitar as moléstias, conservar a saúde, poder instruir-se e ter moral elevada."⁴⁹

Vimos que, ao longo da década de 1920, o atraso do povo brasileiro foi atribuído cada vez mais preponderantemente às condições ambientais e sociais. No caso de Belisário Pena, na sua tese de nº101, o médico indicou como solução uma política agrossanitária colonizadora, a emancipação do trabalhador rural pela propriedade de um pedaço de terra,⁵⁰ indicando assim a necessidade de agir sobre a desigualdade e a exclusão social. Porém, predominantemente, o problema social do Brasil era atribuído à falta de moral do nosso povo ignorante. Essa ignorância devia-se não só ao seu desconhecimento das regras básicas de higiene, de procedimentos para o não contágio por doenças transmissíveis, como também à incapacidade de dominar seus instintos, pelo não desenvolvimento de uma moral férrea, que conduzisse as rédeas da vida rumo à vida civilizada.

Daí a Comissão de Educação Sanitária na conclusão da III Conferência de Educação defender a articulação do ensino e da ação

sanitária entre as instituições de saúde pública e o professorado escolar.⁵¹ Podemos entender então o fato da educação ser percebida como a grande solução para a modernização do país, pois ela não só transmitiria conhecimentos, mas formaria a moral, ou seja, domesticaria vontades, tal como esclarecido pelo médico Álvaro Guimarães Filho:

Quando o indivíduo entra na escola entra na fase de domesticação da vontade- "ou a criança se adapta e submete a sua vontade ao novo regime, educando-se e aprendendo normas que lhe serão preciosas na vida futura, ou ela não se adaptará, tornando-se um elemento pernicioso na escola"...esses são os conhecidos anormais, quase que geralmente portadores de uma debilidade mental, fruto, na maioria dos casos, exclusivo do alcoolismo e da sífilis de seus ascendentes".⁵²

Para o autor, se a criança apresentava um comportamento inadequado ao padrão esperado por esta elite, seria considerado anormal. Estes anormais, segundo o médico, coincidiriam (geralmente) com os que possuíam debilidade mental. Observamos aqui uma confusa articulação entre moral e hereditariedade pois, pela lógica do médico, o descendente que não tem moral, não seria por não tenha recebido uma educação moral dos pais, mas por ter herdado essa debilidade, no caso, a incapacidade de domesticar suas vontades, dos seus ascendentes.

Portanto, moralizar o povo concorreria para a não degenerescência da raça; dever-se-ia educar a gente "para melhorar o caráter nacional"⁵³ e chegar à formação de um caráter moralizado do povo, portanto, de um povo melhor. Ainda segundo o médico Álvaro Guimarães,

O professor é antes de tudo, um dos grandes elementos de que dispõe a sociedade para salvaguardar os seus interesses, principalmente os de

ordem intelectual e moral... O professor bem orientado é o braço direito do higienista... para impedir que o álcool continue a contribuir em tão alta escala para a criminalidade em nosso meio, só o conseguiremos se o professorado quiser tomar a vanguarda da cruzada, instruindo e educando os nossos homens de amanhã.⁵⁴

Assim, uma das missões do professorado seria cuidar da "higiene mental" da nação, o que significaria instruir sobre a maneira como se propagavam, de onde provinham, como deveriam ser combatidas as doenças mentais e degenerativas, onde se incluíam a sífilis e o alcoolismo, como também formar moralmente seus educandos, para que estes não incorressem no perigo de propagá-las e, desta forma, concorressem para a degenerescência da raça.

Considerações finais

Durante toda a Primeira República a política de modernização da nação brasileira esteve associada a projetos de cunho eugênico, motivados pelos cuidados para melhoria da raça brasileira e/ou não degeneração dela.

Vimos que, concomitante à inserção do pensamento intelectual brasileiro no ideário cientificista do final do século XIX ao início do XX, a nacionalidade foi interpretada primeiramente sobre uma base biológica singular, o da sua mestiçagem genética. Depois, a reflexão sobre a nação e a nacionalidade transitaram para uma interpretação social e cultural.

Ao longo da década de 1920 predominou cada vez mais a percepção de que o atraso do Brasil era decorrente da pobreza, do passado

escravocrata, da ignorância; portanto, nossa inferioridade passou a ser vista como conjuntural. Sendo assim, a intervenção social transformadora por excelência seria a educação e, dada a grande incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento básico, à grande ocorrência de doenças transmissíveis e de doenças infecto contagiosas, o saber médico concedia à educação sanitária a primazia no direcionamento das políticas públicas para a modernização da nação.

Como pesquisamos, nos debates promovidos pela ABE, ao priorizar a reflexão sobre a nação pela perspectiva social e cultural, a mobilização pela educação do povo significaria um melhoramento eugênico, uma melhor formação da "raça" brasileira. Porém, ao analisarmos a documentação, constatamos o quanto as noções de degeneração e eugenia apresentavam-se embaralhadas, particularmente na fala dos médicos sanitaristas, que não conseguiam desvencilhar a interpretação de comportamentos sociais coletivos da noção de herança genética e de determinação biológica.

A reflexão sobre raça, eugenia e potenciais de desenvolvimento da nação brasileira sob bases biológicas não foi totalmente superada ao final da década. Inclusive, o médico Renato Kehl, que na I Conferência de Educação, em 1924, não defendera a eugenia sob bases biológicas, voltou a fundamentar-se nelas ao final da década, quando aproximou-se dos professores da ESALQ- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, sediada na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo.⁵⁵

Segundo Paula Habib e Robert Wegner, Kehl encontrou nos cientistas da ESALQ, o zootecnista Octávio Domingues e o zoólogo Salvador Toledo Piza Jr., conceitos biológicos que dessem maior

fundamento e credibilidade científica à sua percepção de eugenia, uma clara tentativa de estender à eugenia humana a aplicação genética em plantas e animais. Com a consultoria científica desses professores, Kehl iniciou a publicação do "Boletim de Eugenia", em 1929.⁵⁶

Essa perspectiva eugênica reorganizada sob bases biológicas também foi defendida por Kehl no I Congresso de Eugenia no Brasil", ocorrido em 1929, na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, por iniciativa do médico e professor Miguel Couto, então presidente da Academia Nacional de Medicina, e presidido pelo médico e antropólogo Roquette Pinto.⁵⁷

Segundo Sheila Cristina Luppi, que estudou as atas deste evento, os temas debatidos foram os mais diversos, desde educação, avanços científicos e, ainda, a suposta inferioridade dos mestiços.⁵⁸

No Congresso, Roquette Pinto,⁵⁹ que já havia exposto sua percepção sobre as relações da eugenia com a mestiçagem na obra "Seixos Rolados", de 1927, insistia não haver estudos científicos que condenassem a miscigenação, e defendia que o aperfeiçoamento da população dependia de políticas na área da educação e da saúde. Mesmo assim, a autora esclarece não ter havido consenso entre os intelectuais, "nem mesmo entre os partidários da eugenia, apesar desta já ser considerada uma pseudociência entre muitos".⁶⁰

Já Habib e Wegner avaliam que a perspectiva eugênica sob bases biológicas, realçada ao final da década, mesmo sendo divulgadas até 1933, no Boletim de Eugenia, tiveram impacto bastante limitado.⁶¹

Podemos concluir que o debate em torno das políticas públicas civilizadoras da nação na década de 1920, tomaram como eixo de ação a Educação, explorando a sua dimensão política e transformadora.

O esforço resultou em uma reinvenção do Brasil e de sua nacionalidade, a partir da redescoberta do país, interpretado então com olhos nacionais e sob a ótica científica de nossos intelectuais. Resultou também em um futuro imaginado; um futuro melhor pois, imaginava-se, seria fruto da implantação de projetos de aperfeiçoamento eugênico, articulados a princípios biológicos ou não.

Porém, a decisão pela educação como caminho de modernização não significou a adoção de projetos de mudanças estruturais profundas na sociedade brasileira. Significou muito mais a implantação de políticas públicas de controle da população por meio de ações saneadoras e higienizadoras do espaço e de grupos sociais desclassificados socialmente. Estes, mesmo nos projetos modernizadores baseados na perspectiva de uma eugenia social, deveriam ser modelados a um padrão de identidade nacional desejado, mediante intervenções sociais autoritárias.

Notas

* Léa Maria Carrer Iamashita é doutora em História social. Professora Efetiva de História do Brasil Republicano do Departamento de História da Universidade de Brasília.

¹Belisário Augusto de Oliveira Pena (Barbacena 1868 - Rio de Janeiro 1939) médico, político, educador e sanitarista. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001. E-mail: leacarrer1@gmail.com

² TRINDADE, N. e MIRANDA, D., (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação** na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, p. 14.

³ idem, p 14.

⁴ SCHWARCZ, Lília M. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 30.

⁵ WEGNER, Roberto. Prefácio. In: TRINDADE, N. e MIRANDA, D., op cit, p.10.

⁶ SCHWARCZ, op cit, p. 47 .

⁷ idem, ibidem, p. 60.

⁸ idem, ibidem, p.60.

⁹ TRINDADE, N. e MIRANDA, D., op cit, p. 69. No debate do Brasil Real destacaram-se, no referido período, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim e Oliveira Vianna.

¹⁰ SCHWARTZMAN, S., et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000, P. 23-24.

¹¹ OLIVEIRA, L., **A questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.13.

¹² RIOUX, J, "Pour une histoire des cultures politiques", Voyages en histoire. Mélanges offerts à Paul Gerbod, Bensaçon, Annales littéraires del'Université de Bensaçon,1995, apud BERSTEIN,S. A cultura política. In: RIOUX, J. e SIRINELLI, J. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.351.

¹³ FERREIRA M.e PINTO, S., A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. (orgs.) **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.389.

¹⁴ BRESCIANI, M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007, p. 37.

¹⁵ VERÍSSIMO, José. **A educação Nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906 (1ª edição de 1890); CARNEIRO LEÃO, Antônio. **Educação**. Recife: Imprensa Industrial, 1909; _____. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal de Comércio, 1917; BOMFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. (1a ed. 1905).

¹⁶ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997. Tese nº 103, "A União e a Educação Nacional", apresentada por Mario Pinto Serva.

¹⁷ Discurso de encerramento da II Conferência Nacional de Educação da ABE, Belo Horizonte, 1928. SILVA, A. (org.). Brasília: INEP, 2004, p 172.

¹⁸ Dr. Raul D'Almeida Magalhães ao emitir o parecer da Comissão de Educação Sanitária da II Conferência Nacional de Educação da ABE, Belo Horizonte, 1928. SILVA, A. (org.). Brasília: INEP, 2004. p. 124.

¹⁹ Arquivo ABE- Rio de Janeiro. Chamada de trabalhos para a II Conferência Nacional de Educação, que ocorreria em 1928. Boletim da ABE, Anno IV, ago/1928, n 12, p. 15.

²⁰ A ABE possuía um Conselho Diretor e várias sessões, que seriam como comissões de estudos dos mais diversos temas, como: Ensino Técnico e Superior, Ensino Primário, Higiene e Educação Física, Cooperação e Família, Sessão de Divertimentos Infantis, Ensino Doméstico, Radiocultura e outros, que foram sendo criados com o tempo. Cada uma dessas sessões promovia cursos, palestras dentro de sua temática de trabalho,

convidando especialistas e promovendo esses eventos em diferentes instituições da cidade, ora em colégios, ora em uma escola de comércio, ou no salão de uma associação. À ABE de âmbito nacional, criada em 1924 e sediada no RJ, articulavam-se as unidades estaduais da ABE, cada qual também com suas sessões. Após 1924, essas unidades estaduais foram sendo criadas, havendo inclusive uma regional, para o estado do Rio de Janeiro.

²¹ ACD- Annaes da Câmara dos Deputados - Ano 1921, v. 12, p. 674-708. Discurso do Deputado Carvalho Neto sobre a Instrução Pública para os Anormaes, Sessão de 14/10/1921, p. 675.

²² idem, p. 696.

²³ idem, p. 695.

²⁴ OLIVEIRA, L. op cit, pp. 14-17.

²⁵ VENTURA, R. **Um Brasil mestiço**: raça e cultura na passagem da Monarquia à República. In: MOTA, C.(org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 346-348.

²⁶ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília:INEP, 1997. Tese nº78 , " Pela perfeição da raça brasileira", apresentada por Nicolau Meira de Angelis. 27 idem.

²⁸ Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília:INEP, 1997. Tese nº 75. Renato Kehl também apresentou a tese nº 111, que não foi encontrada, nem mesmo o título, conforme "Pareceres sobre as teses não localizadas. idem, p. 665

²⁹ idem.

³⁰ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília:INEP, 1997. Tese nº 101, "Política agrossanitária colonizadora e educadora ", apresentada por Belisário Pena, da ABE.

³¹ idem.

³² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³³ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília:INEP, 1997. Tese nº1, "Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar", apresentada por Belisário Pena, da ABE.

³⁴ Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³⁵ STEPAN, N. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

³⁶ Definição de Morel, apud CARRARA, S. Para melhor entendimento da "Teoria da Degeneração", ver CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século XIX aos anos 40*. Rio de Janeiro:FIOCRUZ, 1996, pp. 54-59.

³⁷ O âmbito do artigo não nos permite ampliar essa observação. Para aprofundar-se ver ENGEL, M., **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1988 e CARRARA, S, *Tributo a Vênus*, op cit.

³⁸ Tese nº78 , " Pela perfeição da raça brasileira", op cit.

³⁹ idem.

⁴⁰ STEPAN, N. op. cit..

⁴¹ idem.

⁴² CARRARA, S. op. cit..

⁴³ I Conferência Nacional de Educação, Curitiba, 1927. Brasília:INEP, 1997. Tese nº82, "Educação e higiene mental", apresentada por Álvaro Guimarães Filho, da Liga Paulista de Higiene Mental.

⁴⁴ Este seria um caso de sífilis congênita e não uma doença hereditária.

⁴⁵ Tese nº78 , " Pela perfeição da raça brasileira", Nicolau Meira, op cit.

⁴⁶ "Criminalidade e alcoolismo", conferência proferida pelo médico José de Moraes Mello na Academia de Medicina, no Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Revista Educação. v. II, n. jan/mar/1928, Editada pela Secretaria de Instrução Pública de São Paulo e pela Sociedade de Educação de São Paulo.

⁴⁷ idem, p. 48.

⁴⁸ACD- Annaes da Câmara dos Deputados - Ano 1928, Sessão de 24/08/1928. Defesa do Projeto de Lei nº189, que dispõe sobre o Delicto de Contágio das Doenças Transmissíveis, de autoria de Oscar Fontenelle.

⁴⁹II Conferência Nacional de Educação, Belo Horizonte, 1928. Belo Horizonte, 1928. SILVA, A. (org.). Brasília: INEP, 2004 Tese: "Educação Sanitária em São Paulo", apresentada pelo Dr. Francisco Figueira de Mello.

⁵⁰ "Política agrossanitária colonizadora e educadora ", Tese nº 101, op cit.

⁵¹ Comissão de Educação Sanitária, Conclusão na III Conferência Nacional de Educação, São Paulo, setembro/1929. Arquivo ABE, p. 185.

⁵²Tese nº82, "Educação e higiene mental", I Conferência, op cit..

⁵³ José de Moraes Mello, conferência "Criminalidade e alcoolismo", op cit..

⁵⁴ Tese nº82, "Educação e higiene mental", I Conferência, op cit..

⁵⁵ HABIB, P.; WEGNER, R. De plantas y hombres: cómo los genetistas se vincularon a la eugenesia en Brasil ? un estudio de caso (1929-1933). **Asclepio** (Madrid), v. 66, 2014.

⁵⁶ idem.

⁵⁷LUPPI, S. **Condenados pela civilização: a eugenia e o projeto de aperfeiçoamento físico e moral da população brasileira nas três primeiras décadas do século XX.** Dissertação de Mestrado em História, UnB, 2011.

⁵⁸ idem, p. 14.

⁵⁹Edgar Roquette Pinto apresentou a tese nº16- "Rádio e educação no Brasil", na I Conferência Nacional de Educação,1927, cujo original foi perdido. Apud I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, dezembro de 1927; Brasília: INEP, 1997,p. 668.

⁶⁰ LUPPI, op. cit, p. 14.

⁶¹ HABIB; WEGNER, op. cit..